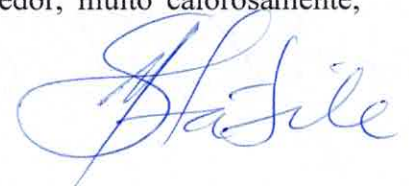


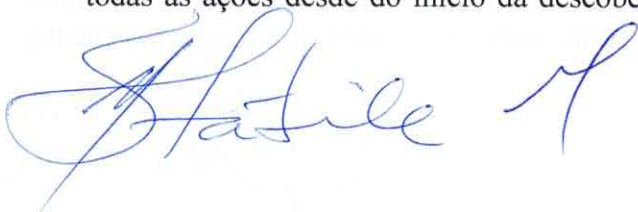
Degravação e Ata da Instalação do Comitê Regional de Corumbá/MS do Fórum Nacional da Saúde do Conselho Nacional de Justiça, realizada em 27 de maio de 2022, 14h na sala do Tribunal do Juri da Comarca de Corumbá.

Desembargador Nélio Stábile: Boa tarde a todas as Senhoras e a todos os Senhores aqui presentes. É um prazer estar em Corumbá e um prazer adicional e inenarrável de tê-los aqui em nossa companhia. Declaro aberta formalmente esta reunião de instalação efetiva e posse dos membros do Comitê Regional do Fórum do Judiciário para a Saúde do CNJ, Conselho Nacional de Justiça. Vamos compor a mesa. Eu gostaria de anotar que esta reunião, a ata desta reunião é integral. Ela está sendo gravada e será depois degravada ou transcrita e constará dos anais do Tribunal de Justiça como parte integrante da história do Comitê Regional e do Comitê Estadual de Saúde. Para os que não me conhecem, sou o Nélio Stábile, coordenador do Comitê Estadual do Fórum do Judiciário para a Saúde. Tenho a minha direita, o Dr. Felipe Bittencourt Potrich, que é juiz federal e vice-coordenador do Comitê Estadual da Saúde. Tem ao meu lado esquerdo o Dr. Maurício Miglioranzi, que será empossado hoje como coordenador regional de Corumbá do Fórum, do Comitê do Fórum do Judiciário para a Saúde. Gostaria de convidar outras autoridades que estão presentes e como nós fizemos o convite a todas as entidades e autoridades e obtivemos a confirmação dos que compareceriam pode eventualmente alguma autoridade não estar contemplada aqui com um lugar à mesa, mas não só essas autoridades, mas todos os Senhores e Senhoras, sintam-se como se estivessem aqui conosco, ocupando essa mesa que é apenas de direção dos trabalhos, mas em importância, somos todos membros integrantes desta ata, desta reunião e por isso muitíssimo importante a presença de todos. Gostaria de convidar o Dr. Kaoye Guazina Oshiro, Procurador do Estado de Mato Grosso do Sul e membro integrante do Comitê Estadual, Marcelo Iunes, Prefeito Municipal de Corumbá, que nos honra com a sua presença aqui nesta sessão, o Secretário de Governo de Ladário, Damião Nicolau Galdino, neste ato representando Iranil Soares, Prefeito Municipal de Ladário, Dr. Rogério dos Santos Leite, Secretário Municipal de Saúde de Corumbá, membro integrante do Comitê Estadual de Saúde e presidente do COSEMS, Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Mato Grosso do Sul, Josiane Braga, Secretária Municipal de Saúde de Ladário, muito obrigado pela presença e Doutora Maria Carolina Scherer do Vale, presidente da OAB subseccional de Corumbá. Saúdo as demais autoridades, Deputado Estadual Evander Vendramini, muito agradecido pela sua presença que nos honra e a todos que estão presentes. Volto a dizer, sintam-se como integrantes desta mesa de direção dos trabalhos. Eu gostaria, inicialmente, de agradecer à população de Corumbá e Ladário. Não é a minha primeira vez aqui e sempre que vimos a esta cidade, a essas cidades, somos muitíssimo bem recebidos. É referência de toda a magistratura e das outras profissões também, das outras atividades estatais também, que Corumbá e Ladário acolhem os profissionais com a maior galhardia, muito acolhedor, muito calorosamente,



então fica aqui o agradecimento pela recepção que tive e toda a minha equipe teve pela população, pelas autoridades, enfim. Esse agradecimento vai, em especial, ao Dr. Maurício Miglioranzi, que me recepcionou aqui em Corumbá, no âmbito do Judiciário, de uma forma assim que ultrapassa aquilo que seria o corriqueiro, muito desprendido, muito atencioso, sempre preocupado em bem receber e bem representar Corumbá, mais do que representar o Poder Judiciário, representar a comarca de Corumbá. Agradecer também à Dra. Maria Carolina, presidente da subseccional da OAB de Corumbá e diretora da Escola, da Faculdade de Direito Salesiana Santa Teresa, que me abriu o espaço, na data de ontem à noite, para uma palestra, uma conversa com os acadêmicos de Direito e também acadêmicos de Enfermagem da Faculdade Salesiana Santa Teresa e também da Universidade Federal. Foi muito proveitoso, tiveram bastante paciência em me ouvir ontem à noite, eu que agradeço, e para dizer algumas palavras sobre o direito à saúde, que é do que tratamos aqui, do direito à saúde, do atendimento à saúde da população. Então essa oportunidade que tive ontem foi muito boa, porque começa a abrir os olhos dos acadêmicos e propiciar uma possibilidade, num futuro breve, de virem a integrar esse ramo da atividade, tanto do Judiciário, Ministério Público Estadual ou Federal, para esse grave problema que é a saúde e o atendimento da saúde da população, aquilo que pudemos, pudemos auxiliar. Gostaria de agradecer imensamente também à equipe Dr. Maurício, que nos propiciou todo o trabalho de agendamento, à secretária, à assessora, Noemi, e aos servidores do Fórum de Corumbá, aos policiais militares que nos dão segurança e nos acolheram superbem. Gostaria de agradecer também a minha equipe, minha assessora Mari, meu assessor, Sérgio Guerino, que na verdade tocam o Comitê, o Comitê não tem nenhum funcionário específico, não tem nenhuma estrutura, é o meu gabinete que cuida, é o gabinete do Dr. Felipe que cuida das atividades dele no Comitê e assim também será o Doutor Maurício no Comitê Regional de Corumbá. Agradeço aos servidores do Tribunal de Justiça, Alex e André, pela vinda para nos propiciar vir a Corumbá fazer essa instalação do Comitê. Agradeço também, em nome dos profissionais que atuam no Judiciário, Ministério Público, Procuradoria, agradecer às nossas esposas, aos nossos cônjuges, na pessoa da minha esposa, Fátima, que realmente é possível para nós trabalharmos e nos dedicarmos com a compreensão e a colaboração delas sem o que não seria possível verdadeiramente, muitíssimo obrigado a todas. Eu vou me manifestar a respeito do Comitê da Saúde, mas gostaria de abrir a palavra para que os integrantes da mesa, caso queiram, possam fazer uso da palavra para dirigir-se a todos nós, então. Nós vamos fazer uma breve manifestação de cada um dos que quiserem se manifestar e aviso aos presentes que, nada obstante alguma formalidade deva haver, nós não temos pretensão de estarmos aqui em posição de desigualdade, mas nós temos a água e café ali ao lado, meu lado direito, sintam-se à vontade se quiserem ou precisarem se servir. Pois não, Dr. Rogério?

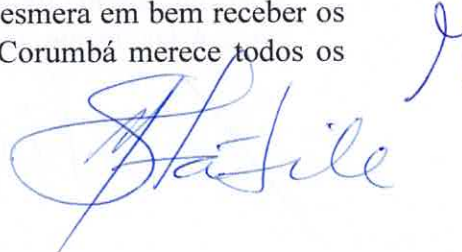
Dr. Rogério dos Santos Leite, Secretário Municipal de Saúde de Corumbá: Boa tarde a todos. Boa tarde Dr. Nélio, Dr. Maurício, Dr. Felipe, nosso prefeito Marcelo Iunes, Dr. Kaoye, a todos os componentes da mesa e a todos os presentes. Dr. Nélio, o Senhor tem feito um grande trabalho e eu quero exaltar esse trabalho do Comitê de Justiça em Relação à Saúde do nosso Estado que nos ajudou nesse enfrentamento durante 2 anos, partindo de todas as ações desde do início da descoberta, o que nós iríamos estar fazendo no Estado



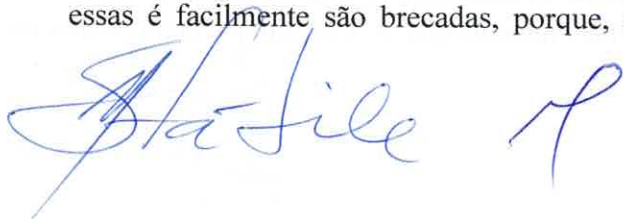
relacionado às ações de saúde, de promoção, prevenção e de vigilância em saúde no Estado, o Doutor Nélio, ele foi, com a sua equipe toda, o Comitê do Judiciário e secretários, atuante, modo ativo mesmo, porque a gente discorria, por web conferência, grandes web conferência para discorrer sobre a segurança da nossa sociedade, e eu quero agradecer a essa possibilidade de ter trabalhado com o Senhor, com toda a equipe e ter feito essa segurança para nossa sociedade. A função do Comitê ela tem sido regida pelo Senhor de uma forma magnífica. O direito à saúde é dever do Estado a gente tem percorrido isso daí há muito tempo, mas eu acho que nós estamos discutindo num âmbito de cenário nacional e a nível de Ministério da Saúde, com a nova reformulação de políticas de saúde, principalmente da saúde mental é que o direito à saúde é dever do Estado e também dever do cidadão. Nós temos que começar a discutir uma responsabilização também de toda a sociedade. Isso nós temos aí com doenças que estão nos assolando, por exemplo, as arboviroses, a dengue, que não adianta só o poder público fazer a sua parte, as instituições fazerem a parte, mas a sociedade, ela estar envolvida num processo e também ter essa responsabilidade por parte dela para que a gente possa diminuir, ou mitigar e mitigar os efeitos danosos, consequências danosas que tem para a nossa população. Então essa política de saúde mental, ela está sendo feita, refeita, e eu falo isso porque a gente trabalha bastante com o Dr. Maurício aqui e é um grande parceiro no entendimento dessa política de saúde para que a gente possa resolver, no caso da assistência social, no caso da saúde à comunidade, na nossa sociedade de Corumbá e Ladário, e com a representatividade das famílias, cada vez mais, desde que nós entramos na gestão da saúde, nós procuramos esse envolvimento. Eu lembro até hoje a primeira reunião com o Dr. Maurício, ele falou, vamos fechar um e-mail, para que a gente possa colaborar um com outro serviço e ajudar as famílias, porque intuito aqui não é perseguir ninguém, nem apontar culpados, é ver o problema e para que a gente possa ter uma solução para aquela comunidade. E é esse o trabalho que a gente vem desempenhando. Eu quero parabenizar a todos, parabenizar também a nossa equipe da saúde, ao Prefeito Marcelo Iunes com os Secretários também que tem nos ajudado dar todo apoio na Secretaria e a Câmara de Vereadores tem sido parceiro também, traz ações em saúde do nosso Município. Parabéns, sucesso nesse Comitê, que a gente vai continuar ajudando.

Dra. Josiane Braga, Secretária Municipal de Saúde de Ladário: Boa tarde a todos. Primeiramente, agradecer a oportunidade de poder estar aqui compondo, o Judiciário, agradecer os membros participantes, ao seu Nicolau que representando aqui no ato o nosso prefeito de Ladário, ao Marcelo prefeito, ao meu colega de COSEMS, que compõe também nosso conselho, secretário Dr. Rogério, parceiro, amigo sempre presente com a gente, e colocar também aqui que foi nesse período de pandemia, o acolhimento, ajuda que nós tivemos junto ao Dr. Nélio e me colocar à disposição, Secretaria de Saúde de Ladário, Município de Ladário, estamos sempre podendo estar presente. Também agradecer a presença do seu Miltinho, que está na Santa Casa agora, e nos colocar aqui, de forma expressiva, à disposição de todos.

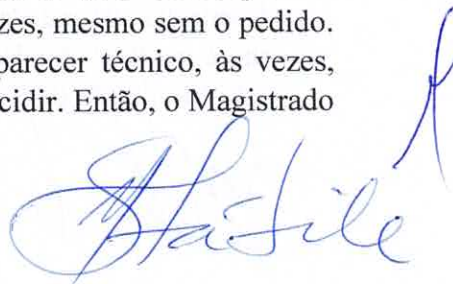
Desembargador Nélio Stábile: Muitíssimo obrigado pelas palavras. Eu agradeço verdadeiramente a acolhida de Corumbá e Ladário na nossa chegada aqui em Corumbá. Como sempre, somos muito acolhidos. A Cidade Branca sempre esmera em bem receber os seus visitantes. E assim, capital verdadeira do Pantanal que é, Corumbá merece todos os



elogios. Eu sei que todas as entidades, Ministério Público, Defensoria e a advocacia tem os seus integrantes muito dedicados, esforçados, mas aqui eu devo falar, como integrante do Judiciário, devo falar do Judiciário de Corumbá. Tanto o Judiciário federal, na figura do Dr. Felipe Potrich, como do Dr. Daniel Chiaretti, que é componente do Comitê Regional de Corumbá e dos juízes estaduais, como já disse o Dr. Maurício Cléber Miglioranzi Santos, que está aqui ao meu lado, Dr. Jessé Cruciol Júnior, o Dr. André Luís Monteiro, o Dr. Idail Detone Filho, o Dr. Marcelo da Silva Cassavara, que está aqui presente também, o Dr. André Luiz Monteiro também está presente e a Dra. Luiza Vieira de Sá de Figueiredo, que está em estudo na Escola Judicial e não pôde estar presente hoje aqui. Devo dizer que são Magistrados da mais alta competência, dedicados, probos e que são perfeitamente afeitos ao seu trabalho, preocupados com as demandas da sociedade de Corumbá e Ladário, atentos aos problemas, não só os problemas da saúde, mas todos os problemas que lhes batem a porta aqui no Judiciário, então eu devo louvar a atividade desses, dos juízes, dos Magistrados federais e estaduais e dizer Corumbá e Ladário podem se orgulhar dos Magistrados que servem estas comarcas. São da melhores estirpe, do melhor trabalho possível feito aqui em Corumbá, tenho absoluta certeza. Então minha homenagem aos colegas que merecidamente devem ter esse reconhecimento. Pois bem, com relação ao Comitê da Saúde propriamente, nós vínhamos tendo vários problemas em ações judiciais, especialmente nisso na judicialização da saúde, sempre crescente em todo o Estado, tanto no âmbito federal quanto no âmbito estadual, e questões que nós não tínhamos como resolver, a não ser que tivéssemos um grupo, uma equipe para identificar quais eram esses problemas, suas causas, seus desdobramentos, para que pudéssemos, então, formular alguma solução ou tentar soluções para essas questões de saúde, e aqui envolve não só a saúde propriamente, dos medicamentos, dos tratamentos, das cirurgias, internações, mas também aqueles outros problemas correlatos de assistência social, de saúde mental que acompanham essa patologia, a essas patologias. E como o poder público, por inúmeras razões de ordem econômica, política, administrativa, não tem condições de entregar ao cidadão tudo aquilo que é necessário, então há o ingresso de demandas judiciais para tentar resolver a questão para receber os medicamentos, tratamentos, órteses e próteses. Esse grupo foi criado por deliberação do Conselho Nacional de Justiça, o CNJ, que compôs o Comitê Nacional do Fórum do Judiciário para a Saúde, no ano de 2011, muito embora todos nós já estivéssemos, bem antes, preocupados com essas questões e tentando resolver, isoladamente, mas da melhor forma possível essas questões que vinham bater às portas do Judiciário. A criação do Comitê Nacional sucedeu a criação dos Comitês Estaduais e, desde a primeira formação, fui integrante do Comitê, então como juiz de direito, e era presidido pelo Desembargador Luiz Gonzaga Mendes Marques e atuei alguns anos nesse Comitê sempre buscando, todos nós buscando, uma solução para essas questões. Até que em 2017, fui brindado com a coordenação desse Comitê e passamos a atuar de uma forma mais envolvida, mais de coalizão de forças, de esforços conjuntos, comuns para atingir algumas finalidades que fossem benéficas à população. O Comitê foi criado especificamente para reduzir a judicialização, ou seja, vamos diminuir o número de ações judiciais que buscam serviços de saúde ou produtos de saúde. Mas de que forma? Pura e simplesmente impedindo que as ações ingressem? Evidentemente que não. Há ações que são despropositadas, não há dúvida, essas é facilmente são brecadas, porque, se são absurdas, extinguem-se, não há nenhum



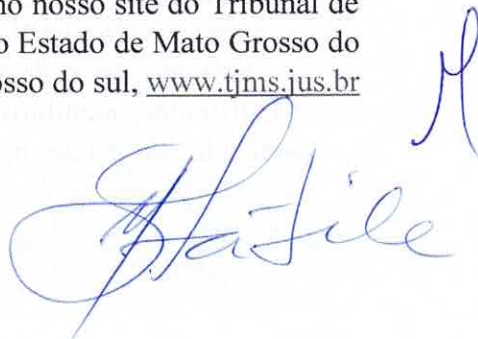
prejuízo nem para a pessoa nem para a sociedade. Mas se nós conseguirmos através desse esforço comum, obtermos melhoria na prestação dos serviços de saúde por todos os entes públicos e entidades da saúde complementar também, evidentemente que nós vamos diminuir a judicialização. Ninguém vai ingressar com uma ação se o produto que ela precisa, o medicamento, o tratamento que precise for disponibilizado ou de forma alternativa ou de forma complementar, enfim, esse foi o intuito da criação do Comitê. E, junto com a criação do Comitê, foi constituído também um Núcleo de Apoio Técnico em Mato Grosso do Sul. Inicialmente, foi uma Câmara Técnica em Saúde, CATES, hoje, por uniformização da denominação se chama na NATJUS - Núcleo de Apoio Técnico ao Judiciário. Inicialmente, era composto por alguns poucos profissionais, atualmente é composto por 5 médicos, 2 farmacêuticos, 2 enfermeiras e 4 graduandos de Farmácia e Bioquímica que prestam estágio junto ao NATJUS de forma que integre a grade curricular, ou seja, elas estão fazendo estágio com validade para a sua graduação e auxiliando o Comitê, o NATJUS, nesse trabalho muito sério, o nosso Comitê Estadual do Mato Grosso do Sul, que passa a ser integrado também pelo Comitê Regional de Corumbá. O Comitê Regional de Corumbá vai tratar das questões próprias da região e integra também o Comitê Estadual, evidentemente, e pode levar ao Comitê não só os problemas desta região como também as soluções que foram encontradas para que possam ser replicadas ou indicadas em outras regiões do Estado e mesmo do País. Eu devo anotar que o Comitê, o Comitê Estadual de Mato Grosso do Sul, não por mérito meu, não por mérito do Dr. Felipe, do Dr. Rogério, os integrantes, Dr. Kaoye, mas pela atuação conjunta de todos nós, nós somos destaque no Estado de Mato Grosso do Sul e no âmbito nacional também. Nós temos várias inovações que aqui se fez e que são replicadas, desenvolvidas também em outros Estados. No Mato Grosso do Sul, nós temos uma peculiaridade, esse Núcleo de Apoio Técnico, para aqueles que não conheçam, eles recebem os documentos de uma ação judicial e elaboram um parecer técnico com 11 itens, descrevendo qual é o problema de saúde apresentado pela pessoa, quais foram os tratamentos ou os medicamentos ministrados, quais medicamentos deveriam ter sido ministrados, a evolução da doença, enfim, todos os aspectos do problema são analisados por esse grupo e, finalmente, eles dão uma conclusão de se são favoráveis ou desfavoráveis, tecnicamente, a concessão daquele serviço, medicamento ou tratamento. A função do NATJUS é municiar o Magistrado com as informações técnicas necessárias para bem decidir. Se o Magistrado vai acolher ou não vai acolher o pedido é uma questão que passa pela liberdade e autonomia de decidir fundamentadamente a questão. O NATJUS não interfere na decisão judicial, mas sim fornece esses elementos técnicos para que o juiz, bem informado, possa então fazer o seu juízo de valor. No Estado de Mato Grosso do Sul, uma inovação que nós tivemos e foi reputado boa prática pelo CNJ para que fosse replicado nos demais Estados, consta do seguinte, assim que uma ação judicial é distribuída no Estado de Mato Grosso do Sul, relativa à saúde pública, toda e qualquer ação, uma cópia da petição inicial de todos os documentos é encaminhada automaticamente ao NATJUS para que elabore um parecer desses 11 itens e devolva ao juízo de origem para instruir o processo. Nos casos urgentes, o NATJUS tem, idealmente, o prazo de 48 horas e, nos casos que não são tão urgentes, o prazo de 5 dias. Então, acontece que muitas vezes, mesmo sem o pedido. determinação, requisição, o que for, o Magistrado recebe esse parecer técnico, às vezes, antes de ter acesso ao processo, antes mesmo de ter acesso para decidir. Então, o Magistrado



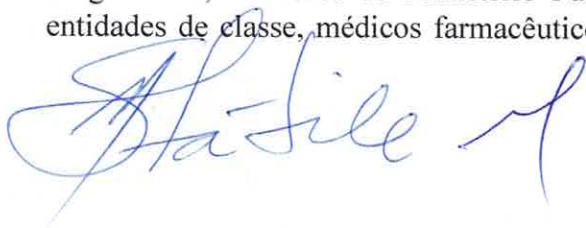
recebe o processo, manda ouvir a outra parte e o processo volta para ele decidir. Nesse meio tempo, o parecer já está lá. Essa remessa automática, que foi reputada boa prática pelo CNJ e encaminhada aos demais Estados para que procedessem dessa mesma forma. Nós temos também uma ferramenta tecnológica de Business Intelligence, que é BI, que coleta os dados da saúde pública no Judiciário de forma instantânea e pode assim nos preparar pela amostragem quais são os problemas de cada região do Estado, quais são os problemas mais recorrentes de cada comarca ou de cada região e do Estado todo. Então nós temos essas informações de forma automática, de imediato e relativo ao tempo que nós necessitarmos, se foi a última semana, o último mês, os 2 últimos anos, não é? Ele existe desde 2019 e vem sendo utilizado exatamente para nos propiciar, discutir bem as questões e tentar achar alguma solução. No âmbito do Comitê do Judiciário para a Saúde, no Comitê Estadual, assim que assumir a coordenação, além daqueles membros que devem compor o Comitê necessariamente que são um Magistrado estadual e um federal, um Promotor, membro do Ministério Público Estadual e Federal, Defensoria Pública Estadual e Federal, Procuradoria do Estado, Procuradoria do Município, todos esses integrantes fazem parte, naturalmente, necessariamente do Comitê. Mas nós pensamos o seguinte, se tratarmos de questões de vagas hospitalares, nós temos que ouvir os hospitais. Se nós temos que tratar dos acidentes de trânsito que cuidam, que trata, dos quais decorrem lesões, cirurgias ortopédicas, etc, nós temos que trazer a Polícia Militar cuida do trânsito. Se nós temos problemas para o Município, Estado, qualquer Município, aquisição de medicamentos, como que deve proceder? Nós temos que chamar o Tribunal de Contas do Estado, então, assim, nós temos no Comitê Estadual uma composição plúrima, plural. Nós temos Assembleia Legislativa, Câmara de Vereadores de Campo Grande, porque Campo Grande é o maior volume de ações da saúde pública, não é? Nós temos o Tribunal de Contas, Polícia Militar toda, toda a Magistratura, Defensoria, Ministério Público, enfim, temos também as associações de doentes das ações de doenças crônicas, de doenças raras e buscando sempre obter as informações para entender o problema e buscar soluções, como já obtivemos alguns êxitos. Nós temos uma cartilha que ensina qual é a função do Comitê, mas essa cartilha está desatualizada. Com a evolução do tempo, nós preparamos essa cartilha e temos que atualizá-la. Ela já está em atualização, por isso até que não vou distribuir, mas depois remeterei a Corumbá exemplares para que as pessoas possam ter a ciência do que é o Comitê e qual a relevante função da sua atuação. Essa cartilha explica o que é o Comitê, indica os caminhos que busca, as soluções que querem encontrar e sempre pensando na população que atendemos. A nós, não interessa evitarmos ações pura e simplesmente para evitarmos para nosso estoque de ações ser mais baixo, mas sim de melhor atender a população. Então, nós tivemos, apenas para exemplificar e agradecer aqui a presença do Procurador do Estado, nós tivemos uma solução que o Estado propôs e adotou do seguinte: em casos em que medicamentos ou tratamentos impliquem um gasto de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) inicialmente, hoje até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o Estado deposita na ação judicial esse valor, até esse valor, e a pessoa pode adquirir o medicamento ou fazer o tratamento e depois o Estado, se for o caso, contesta ou não contesta, se se insurge ou não, enfim, aí é o desenrolar natural da ação judicial, mas tentamos, dessa forma, melhor atender o Estado, não é, melhor atender. Esse mesmo procedimento pode ser ou deve ser, em breve, seguido pelo Município de Campo Grande, e é uma sugestão para todos os Municípios. Se eu posso




atender melhor o meu cidadão, eu vou evitar ações contra mim, não é? O Município, Estado, as entidades, hospitais, todo mundo pode evitar de ser demandado, se bem atender, dentro da capacidade econômica, etc.. Evidentemente que existem inúmeras variáveis, mas precisamos buscar soluções. Nós temos também, tivemos, em razão dessas reuniões do Comitê, a instalação de um, conseguimos, não é, pelas gestões dos membros do Comitê, a instalação, por exemplo, de um ambulatório de tratamento dos hemofílicos e outras coagulopatias que não estava sendo feito, nem eram fornecidos os medicamentos regularmente e nem havia um atendimento médico constante. No último dia 19 de abril, foi instalado efetivamente no Hospital Regional de Campo Grande, sob a direção do Hemosul, esse ambulatório. Então as pessoas que tem algum problema de coagulopatia podem ir lá, são atendidos pelo médico especializado nessa área e podem obter o seu tratamento. Eu costumo dizer e sempre repetir nas nossas reuniões que foram presenciais até o início da pandemia e por videoconferência a partir de então, todos têm vez e voz, todos participam em pé de igualdade e todos estão lá para discutir os problemas. Então, se eu falhar, porventura em alguma coisa que o Poder Judiciário deva fazer, eu posso e devo ser cobrado no âmbito do Comitê. Se o Estado faz ou deixa de fazer, ele pode e deve ser cobrado no âmbito do Comitê. Lá não existe graduação, “ai eu sou o mais importante ou eu sou é quem manda”. ninguém manda, todos lá estamos para trabalhar em benefício da saúde pública e da população, não só da saúde pública, mas também da saúde suplementar. Os planos de saúde, as cooperativas de saúde e os seguros de saúde também fazem parte do Comitê e tem, inclusive, uma comissão específica para tratar dos assuntos da saúde suplementar. Nós temos duas comissões temáticas, uma da Saúde Pública, que é presidida pelo Dr. Felipe Potrich, e outra da Saúde Suplementar, cujo integrantes, Dr. Cleber Tejada, vem fazendo também ótimos trabalhos. Mas nessas reuniões do Comitê, presentes também os membros do NATJUS ou representantes deles, nós discutimos com liberdade e com sinceridade, buscando o melhor aproveitamento, todos e quaisquer assuntos que digam respeito à saúde pública. Então nós tivemos, soubemos de problemas em aparelhos de auxílio à respiração, os CPAPS e os BIPAPS, fizemos contato com as empresas fabricantes desses produtos e divulgamos a possibilidade da substituição dos aparelhos ou conserto dos aparelhos em garantia, independentemente do prazo que tivessem sido comprados. Tive a felicidade até de a Senhora Rosana que é presidente de uma associação de doença rara, encontrei-a aqui em Corumbá hoje, na hora do almoço, e ela estava dizendo, ela teve que se afastar da associação porque o filho é que é o portador de doença rara e está num Estado assim bastante avançado, mas, graças ao Comitê do qual ela participou, conseguiu algumas melhorias, inclusive no escalonamento do fornecimento de medicamentos para aquela doença que é a ELA e assim conseguir uma melhoria no padrão de vida dele, nada obstante a doença ser degenerativa, progressiva, até chegar à fase terminal, infelizmente, mas melhora a qualidade de vida do paciente até lá. Para bem divulgar essas ações do Comitê e para que todos tenham ciência ou possam ter ciência, os trabalhos do Comitê são públicos, as atas das reuniões são gravadas e todas elas disponibilizadas no nosso site do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. O site do Mato Grosso do Sul, do Estado de Mato Grosso do Sul, do Poder Judiciário, é o www.tjms.tribunaljusticamatogrosso.com.br, www.tjms.jus.br



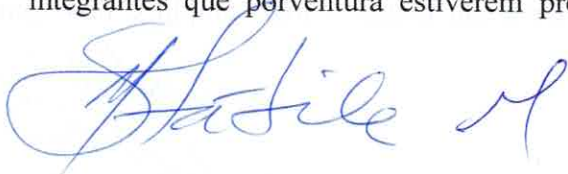
que está na tela do computador, no data show. Dentro do site, na aba de serviços, descendo lá na direita, tem o Comitê Estadual de Saúde/Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário, NATJUS. Clicando nesse tópico, abre-se a página do Comitê e do NATJUS automaticamente. Nós cuidamos, logo ao início da nossa coordenação e vice-coordenação do Comitê, de estabelecermos uma identidade visual do Comitê, o que também foi replicado em nível nacional Por outros símbolos, não é? Mas, a identidade visual, eu acho e reputo muito importante, todos nós reputamos importantes porque assim que vimos, sabemos do que estamos tratando, o que é que estamos buscando, onde estamos procurando. Conforme termos aqui a minha direita, um banner do Comitê, já do Comitê Regional de Corumbá, que é do Poder Judiciário Estadual e Poder Judiciário Federal, estão lá em cima os símbolos do Poder Judiciário Estadual e da Justiça Federal. Essa identificação, essa identidade visual é importante exatamente para que não corramos nenhum risco de saber “ aqui será que é um médico que está falando, será que é um juiz?” Não, somos todos nós. Então, lá na nossa página do Poder, no site do Poder Judiciário, nós temos todas as informações, quem são os responsáveis, quem é o coordenador, vice-coordenador, quem são os integrantes, quem são os integrantes necessários, segundo as regras do CNJ e aqueles que são convidados especiais que fazem, que estão presentes também no Comitê emprestando a sua colaboração. Nessa página nós temos todas as deliberações do Comitê de encetar alguma medida para obter fornecimento de medicamentos pelos hemofílicos, fornecimento de medicamentos para alguma outra doença, para vacinação. Nós tivemos uma campanha, baseada até numa campanha do Estado de Ceará, para a vacinação das nossas crianças de 5 a 11 anos contra o COVID-19. Nós tínhamos uma boa vacinação de crianças de 11 anos a 18, nós fomos o Estado que mais vacinou durante meses e meses seguidos, o Estado que mais vacinou os seus adultos e seus idosos com a primeira e a segunda dose, com a primeira dose de reforço, as reforça a segunda dose de reforço. Essa campanha também está inserida aqui na nossa página e nós temos do lado direito o símbolo do NATJUS, que é o Núcleo de Apoio Técnico. Dentro dessa página, nós temos exemplos de pareceres, são fidedignos, é a reprodução de um parecer real das mais variadas patologias, em todos os aspectos. Então, se eu sou um Advogado, Magistrado, membro do Ministério Público ou um paciente, eu tenho a possibilidade de obter aqui informação precisa sobre o que é entendido sobre essa patologia, seja porque eu necessito do medicamento, seja porque eu vou decidir se concedo ou não, para que o Estado ou Município conceda ou não, distribua ou não esse tal medicamento ou tratamento. Então todas as informações estão nessa página. Nessa página nós já temos o Comitê Regional de Corumbá da Saúde. Então, nós temos 3 Comitês, um Comitê Regional de Dourados, que já foi instalado, o Comitê Regional de Corumbá, que está sendo instalado nesta data. O Comitê, mesmo antes de ser instalado, já funciona efetivamente em Corumbá, graças à atuação do Dr. Maurício, dos demais Magistrados aqui da comarca, tanto federais quanto estaduais, várias questões da saúde já estão sendo cuidadas de uma forma ampla, não só em ação específica, mas de uma forma ampla como para a tomada de iniciativas e de proposições para tentar resolver o problema. E, finalmente, nós temos o Comitê Regional de Três Lagoas, que já está na página, mas que será instalado no próximo dia 6 de junho. Todas essas funções que são por nós exercidas, tanto pelos Magistrados, membros do Ministério Público, da Advocacia, da Defensoria Pública, das entidades de classe, médicos farmacêuticos, nós temos o Conselho Regional de Farmácia,



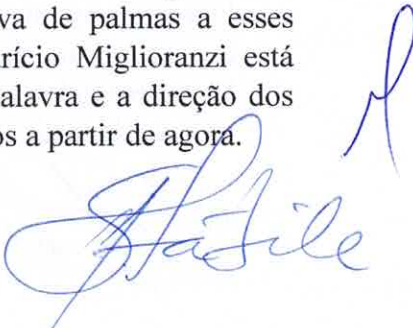
Conselho Regional de Medicina, Conselho Regional de Enfermagem, todos participando efetivamente. O trabalho de todos é entender os problemas de saúde pública e, futuramente ou mais, ativamente, também os da saúde suplementar e buscarmos soluções. Às vezes, é questão de colocar em uma mesma mesa o Estado com um Município, o Poder Judiciário com o Ministério Público, para encontrar soluções. Nem tudo pode ou deve ser judicializado, essa é nossa opinião. Várias medidas vão não só evitar a judicialização, mas propiciar ao cidadão que ele obtenha o tratamento, o medicamento necessário, antes, num tempo menor, independentemente dessa ação judicial. Uma outra questão que estamos desenvolvendo, pretendemos instaurar, instalar no Mato Grosso do Sul, é uma Câmara de Conciliação Judicial para que tentemos resolver, por meio da conciliação ou da mediação, as ações judiciais que frequentemente se repetem no nosso Estado. De certa forma, isso já está sendo feito em uma Câmara Digital ou Digitalizada pelo Estado, pelo Município de Campo Grande e a Defensoria Pública. Mas nós temos a pretensão, e pretensão é o que não falta no Comitê, de instalarmos uma Câmara de Conciliação Judicial, e mais, que essa Câmara possa atuar na fase pré-judicial, ou seja, para que os integrantes do problema, quem deva fornecer, quem deva receber, possa se acertar num espaço de tempo menor, independentemente de uma ação judicial. Por que a preocupação tanto com ação judicial? Nós temos na questão da saúde, além do custo do medicamento em si, da possibilidade administrativa e econômica do Estado e dos Municípios, de fornecer, além do custo do fornecimento do medicamento, tratamento, internação, vaga, hospitalar, nós temos o custo da máquina judiciária, nós temos o custo do Ministério Público, da Defensoria Pública, então cada ação que aumenta, e são inúmeras ações, aumenta a necessidade de termos um quantitativo maior de Magistrados, Ministério Público, Defensoria Pública para atender, Procuradoria do Estado da República para atender esse esses problemas, atender a população, então esse custo também tem que ser levado em consideração pelo nosso Comitê, porque não basta simplesmente olhar, precisa de aspirina, então tem que fornecer aspirina. É óbvio, tem que fornecer, mas vamos pensar numa medida maior para evitar as grandes demandas ou as demandas repetidamente entregues ao Poder Judiciário para resolver como forma de poder reverter em maior benefício à própria sociedade. O custo que a gente não deva ter com todo esse aparato, vai resolver ou vai reverter em benefício da população. Aqui na nossa página do tribunal, nós temos, como eu falei, o BI, então, lá nós temos as informações baseadas só sobre a saúde pública no momento. Nós temos todas as informações de qual tipo de ação, quais os medicamentos mais pedidos, quantas foram as ações nesta semana, neste mês, no mês passado, no ano passado, há 2 anos, desde 2019 até hoje, nós temos todo esse levantamento. Por que é uma boa prática e o CNJ incentivou que os demais Estados fizessem isso? Porque é parte da compreensão necessária do problema, se nós não soubermos do que estamos falando, realmente, a gente não vai muito longe para encontrar a solução. Não vamos encontrar a solução tão facilmente. Então, são essas questões que o Comitê cuida, e daí a importância do Comitê, não pelos seus integrantes, mas pelo benefício que ele possa trazer e efetivamente vem trazendo a toda a sociedade. É um grave problema social, a sociedade brasileira tem muitos pacientes, tem muita gente adoecida e nós pretendemos assim não só atender essas demandas de doenças já instaladas mas evoluir também para aquela, para aquele atendimento integral do cidadão. Então cuidar da sua saúde física, da sua saúde mental, do seu bem-estar na sociedade, no lar é um conceito mais amplo e não vamos



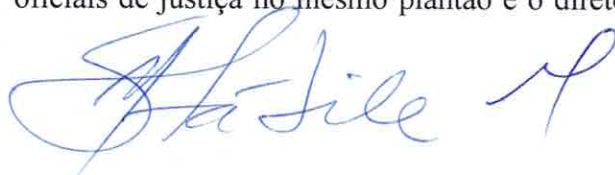
resolver de imediato, mas esse é o caminho que nós devemos seguir, é isso que nós devemos buscar. E dada a importância realmente da atividade do Comitê de Saúde é que nós deliberamos montar e instalar os Comitês regionais. O CNJ determina quais são os integrantes necessários desses Comitês, então Magistrado estadual, Magistrado federal, membros do Ministério Público, da Secretaria de Saúde, etc, todos os integrantes. O que nós pensamos em fazer e efetivamente fizemos. Magistrados de Corumbá. Quem os Magistrados de Corumbá gostariam de ter como coordenador do seu Comitê de saúde? Os Magistrados de Corumbá se reuniram e deliberaram ao Doutor Maurício foi atribuída essa função de coordenar o Comitê Regional de Dourados, também assim as outras entidades. Nós não designamos ninguém, nem determinamos que tal ou qual pessoa fizesse parte do Comitê. Todas as entidades foram solicitadas e elas próprias escolhessem os integrantes do Comitê Regional. Então, o Ministério Público escolheu, os juízes federais escolheram, também assim o Dr. Chiarelli, que ele é que foi escolhido entre o Dr. Felipe, até o Dr. Felipe faz parte do Comitê Estadual, é seu vice-coordenador e assim foram escolhidos pelas próprias entidades aquele seu representante. Nada obstante, todas as pessoas que tenham envolvimento com a questão, sejam pacientes, sejam associação de doenças, sejam auxiliares de Secretarias de Saúde ou administrativa, sejam médicos, enfermeiros, farmacêuticos, todos podem participar das reuniões do Comitê, que são sempre públicas e serão presididas e coordenadas pelo Dr. Maurício, aqui em Corumbá, e a qual podem comparecer todas as pessoas interessadas em indicar os problemas e buscar soluções para eles, não é? E eu tenho certeza de que essa atuação do Comitê de Corumbá será muito profícua, trará muitas vantagens à comarca e à circunscrição aqui de Corumbá para que possamos ter uma melhoria do atendimento à nossa população. Então, eu gostaria agora de chamar os integrantes do Comitê Regional de Corumbá, Comitê da Saúde, para assinatura da ata de posse nesse cargo. Devo esclarecer que alguns dos integrantes não puderam estar presentes hoje aqui, serão citados nominalmente, evidentemente, mas não puderam estar aqui por diversas razões, especialmente por questão profissional, não é? Então, vão assinar posteriormente, mas estão empossados a partir de hoje. Então eu vou ler aqui. “Às 14h, do dia 27 de maio do ano de 2022, na sala do Tribunal do Júri da comarca de Corumbá, neste Estado, realizou-se a sessão de instalação e posse dos integrantes do Comitê Regional de Corumbá, do Fórum Nacional de Saúde do CNJ, sobre a Presidência do Desembargador Nélio Stábile, coordenador do Comitê Estadual de Mato Grosso do Sul e do Fórum Nacional da Saúde do CNJ. Realizada a instalação do Comitê, procedeu-se à posse de seus integrantes, lavrando-se a presente ata que vai por todos assinada”. Esta ata, via desta ata vai ficar em Corumbá, via vai ficar no Comitê Estadual em Campo Grande, como uma perpetuação. Daqui anos, nós vamos ver que a história da judicialização da saúde e da saúde de Corumbá começou a mudar e para melhor, evidentemente, no dia 27/05/2022, na presente data. Então assino o termo, a ata, passo para a assinatura do vice-coordenador do estadual, Dr. Felipe Potrich, e passo para a assinatura do Dr. Maurício Cléber Miglioranzzi Santos, Coordenador do Comitê Regional de Corumbá do Fórum do Judiciário para a Saúde. O Dr. Maurício Cléber está oficialmente empossado no cargo, então eu peço licença a todos os demais componentes da mesa e passo a direção dos trabalhos ao Doutor Maurício, que colherá a assinatura dos demais integrantes. Eu vou citar nominalmente cada um dos integrantes que porventura estiverem presentes, por gentileza, venham até a mesa para



assinatura. Então, o juiz federal Dr. Daniel Chiaretti eu sei que não está presente por estar de férias e em outros afazeres, não é, fora daqui. Defensor Público Estadual, Dr. Alex Batista de Souza, por gentileza. Eu peço que permaneça depois aqui, aí nós vamos tirar uma foto todos juntos do Comitê. Integrante do Ministério Público Estadual, Dra. Ana Rachel Figueiredo Nina. Muito obrigado pela posse e atuação, no final, nós vamos tirar uma foto, todos nós. Ministério Público Federal, Dra. Samara Yassine Dalloul, espero ter pronunciado corretamente, Dra. Samara, muito obrigado pelo comparecimento e a atuação. Procuradora do Estado de Mato Grosso do Sul, Dra. Jordana Lopes Goulart, que está de férias, está representada, obviamente, pelo Dr. Kaoye Oshiro, que é Procurador do Estado também e integrante do Comitê Estadual. O Analista Jurídico Municipal Dr. Paulo Henrique Pereira. Muito obrigado, muito obrigado. Dra. Natália Romero Gonçalves Dias, Procuradora do Município, não está presente. Nós sabemos que é difícil coincidir numa agenda em que todos estejam disponíveis, não é? Gerente Administrativa e Financeira, Dra. Camila Bastos Rodrigues. Parabéns e muito obrigado. Coordenadora da Assistência Farmacêutica, Dra. Yasmin Lima Dias. Conselho Regional de Medicina, Dr. Eduardo Lasmar Pacheco. Parabéns pela posse. Conselho Regional de Farmácia, Dr. Ronaldo Dutra Gomes. A representante da Ordem dos Advogados do Brasil no Comitê Regional, Dra. Nádia Peres Fuzeta, evidentemente está representada pela Dra. Maria Carolina. Então, a Dra. Nádia esteve presente e teve que se retirar, infelizmente. Mas, enfim, ela continua representada pela Dra. Maria Carolina e, posteriormente, assinará a ata de posse. O representante da CASSEMS, que é a saúde suplementar, Dr. Israel Dias dos Santos. É uma cooperativa de serviços médicos dos servidores de Mato Grosso do Sul, parceiro muito importante. Parabéns pela posse e obrigado pelo trabalho, pelo bom trabalho. E representante da Unimed, Dr. Wanderley Matos Baraúna. Parabéns pela posse e pelos bons trabalhos que certamente seguirão. Uma informação, eu me manifestei assim rapidamente, mas o Comitê Estadual e o Regional cuida da saúde pública, primeiramente, mas cuida também e, principalmente, em caráter subsidiário mas também com a mesma relevância da saúde suplementar, que são as empresas de planos de saúde e seguros-saúde, cooperativas de saúde. E a nossa intenção, o nosso trabalho tem sido no sentido de desenvolver uma forma de instalar um Núcleo de Apoio Técnico à Saúde Suplementar também, para que o Magistrado da área cível, não da área de Fazenda Pública, não é, mas da área cível, que conhecer de questões de saúde possa ter informação fidedigna, científica desses profissionais da saúde e mais vão ter informações também sobre as questões contratuais, porque a saúde pública eu pretendo receber tal medicamento vou lá pedir para o Estado, para o Município, ponto. Na saúde suplementar, nós temos um diferencial que é aquilo que o contrato permita ou possibilite que o plano forneça ou que o paciente receba, então é um tratamento diferente em razão das peculiaridades. Mas a saúde suplementar está representada no Comitê Estadual e nos Comitês Regionais e estão trabalhando nesse sentido de ver, viabilizar medidas que possam melhorar o atendimento à saúde da população. Eu declaro, então, formalmente empossados todos os integrantes do Comitê Regional de Corumbá do Fórum do Judiciário para a Saúde e peço uma salva de palmas a esses integrantes que irão trabalhar. E, tendo em vista que o Dr. Maurício Miglioranza está empossado como coordenador deste Comitê Regional, eu passo a palavra e a direção dos trabalhos ao eminente Magistrado que passará a coordenar os trabalhos a partir de agora.

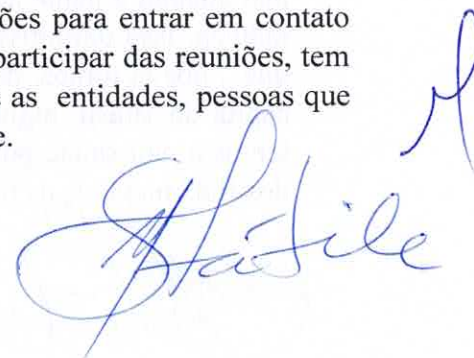


Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá : Desembargador Nélio, eminente coordenador estadual do Comitê de Saúde do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, em nome da Dra. Luiza Vieira de Sá Figueiredo, Excelentíssima Diretora desse foro, que dispôs de toda a estrutura necessária para a realização deste evento, eu cumprimento, na pessoa de Vossa Excelência, a todos os demais integrantes desta mesa. Eu peço vênia, da mesma forma, para na pessoa do meu colega decano desta comarca, Dr. André Monteiro, cumprimentar todas as demais autoridades civis e militares que se fazem presentes neste evento. Dr. Nélio, em alguns minutos de conversa me trouxe talvez mais lições que eu pudesse ter angariado durante anos de estudo a fio. E eu preciso fazer esse depoimento. Ainda essa semana, todos nós, muitos dos Senhores e das Senhoras, são servidores públicos ou tem profissões bastante comprometidas em termos de volume de serviço, eu essa semana me posicionei para tomar pé como estavam todas as atividades para a realização do evento e digo não podemos perder a oportunidade de termos o Desembargador Nélio conosco falando para os acadêmicos de Direito, de Enfermagem da nossa comarca sobre esse tema que nos é tão caro e tão sensível. Desembargador Nélio de pronto, de ontem para hoje, se prontificou, antecipou a sua vinda e esteve durante cerca de 2 horas, ontem à noite, após a viagem vinda de Campo Grande conversando com a proficuidade que lhe é inerente diante de tantos anos à frente da demanda de saúde e colocou, inclusive, a questão de que é um tema a ser inserido nos âmbitos curriculares das faculdades tanto de Direito quanto das demais faculdades de saúde essa questão da administração, de certa forma, deste direito à saúde. E aí ele me respondeu de pronto, “Não tem problema, Maurício, será um proveito para mim estar aí e dialogar com este meu jurisdicionado, porque o Magistrado tem que conhecer o seu jurisdicionado.” E assim, todos nós, todos nós, a maioria das Senhoras e dos Senhores que se fazem presentes nessa ocasião, detém parcela de poder, nós temos membros do Poder Legislativo, membros do Poder Executivo, membros das carreiras jurídicas, de conselhos dos mais importantes, profissionais que atuam nesse intenso combate que foi de termos vivenciado essa pandemia. A Senhoras, os Senhores e nós temos uma parcela de poder e, conseqüentemente, de responsabilidade muito grande. Desembargador, eu quero ser bastante breve, porque a ideia do Comitê justamente é ser plural, mas me permitam e eu tenho certeza que todas as Senhoras e Senhores sabem, mas eu preciso, eu gostaria de trazer dois exemplos hipotéticos, que não são tão hipotéticos. Um deles se trata de uma paciente de condição mental, com família, que simplesmente não detém mais condições, familiares idosos, de recebê-la em casa. A justiça determina a sua internação. O Município de Corumbá, por meio da sua Secretaria de Saúde e dos demais órgãos, promove essa internação. Essa internação chega ao fim e o hospital onde ela fora internada em Campo Grande para tratamento liga para a gente e diz assim: “Estamos levando.” E aí essa informação bate no secretário, bate no prefeito, bate aqui no Judiciário e eu digo “Sim, mas estamos levando para onde?”. Onde nós vamos colocar uma paciente que, infelizmente, não tem para onde ir e tem uma condição mental grave? E o segundo, e uma segunda situação hipotética, que não é tão hipotética assim, dois traumas humanos pedindo internação para um único leito hospitalar que detém um mandado judicial de internação e muitas vezes o oficial de justiça vai lá, Desembargador, na porta do hospital ou na porta da unidade e, às vezes, se colidem dois oficiais de justiça no mesmo plantão e o diretor do hospital me liga e diz: “Doutor, qual a



ordem que eu cumpro primeiro?” “Qual a ordem que eu compro primeiro?”. Eu sei que os profissionais da Medicina, os profissionais da saúde, muitas vezes já estão mais habituados e inclusive possuem um critério técnico para essa eleição. Mas, às vezes, nós temos duas decisões de dois juízes diferentes, de duas comarcas diferentes, na porta do Hospital Regional ou de outra unidade hospitalar. Qual o paciente eu interno primeiro? É disso que nós trataremos neste Comitê, por isso a importância da presença e da voz de cada um dos Senhores e das Senhoras. Desembargador Nélio, ontem, comentava que no levantamento de dados que foi compilado nesse sistema de inteligência artificial do Tribunal de Justiça uma das maiores demandas era na área ortopédica. Certo, vamos criar as unidades ortopédicas, vamos promover cirurgias ortopédicas indefinidamente. Mas será que é só essa via de tratamento? Ele nos relatou aqui. Vamos tentar aprimorar o nosso serviço de trânsito. Talvez esteja aí o gargalo que gera tantas amputações, tantos procedimentos médicos de saúde. Dr Rogério ainda lembrava, nós, já alguns anos, procuramos manter esse diálogo para que situações como essas de mandados judiciais colidentes não ocorram, não se repitam. E temos buscado essa articulação a nível local também junto ao Município de Ladário com esse diálogo, com uma parceria muito importante com a Defensoria Pública, com os profissionais de saúde, com os profissionais de assistência social, Desembargador, da Secretaria de Assistência Social que se faz presente nessa solenidade. E temos, inclusive, reportado esses temas para os Poderes Legislativos e Executivos do Município para que a gente possa dialogar. Um dado de amostragem que o Poder Judiciário pode ofertar para a sociedade hoje está aqui em minhas mãos e deriva desse sistema que nós estamos utilizando. Esse é um dado a nível estadual, mas hoje eu posso afirmar para os Senhores que expressiva gama das ações judiciais que pedem alguma forma de tratamento de saúde ou alguma modalidade de direito à saúde em Corumbá, destas 17% representam alguma demanda por realização de algum exame, 10% são demandas de natureza oncológica, 10% de cirurgias em caráter geral e 10% de fraldas. As demais pulverizam-se em demandas das mais diversas. Com bases nesses dados nós tivemos já a procura de inúmeras entidades que vieram nos questionar como funcionaria o Comitê, de que forma seriam ouvidos, a Liga Feminina de Defesa de Combate ao Câncer, de apoio ao tratamento contra o câncer e tantas outras unidades com as quais nós já conversamos, ontem ainda, saindo da palestra, o Comitê do Idoso, não é? Isso, pessoal do Comitê do Idoso, trazendo a sua demanda. É disso que tratará o Comitê e como eu disse, de início, eu não quero me alongar que o objetivo é articular, o objetivo do Comitê é articular. Sejam muito bem-vindos e bem-vindas a este diálogo de construção. Obrigado pela oportunidade, Desembargador.

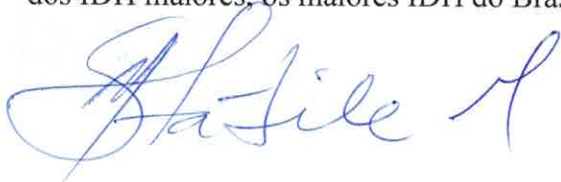
Desembargador Nélio Stábile: Eu gostaria de anotar, o Comitê da Saúde, o Comitê Estadual tem um e-mail que pode ser acessado, está na página que é comite.saude@tjms.jus.br. O Comitê de Corumbá, apesar de instalado hoje, já funciona efetivamente, já tem cuidado de questões e demandas da área da saúde tem o seu e-mail comite.saude.corumba@tjms.jus.br, então quaisquer comunicações para entrar em contato com o Comitê Regional aqui de Corumbá e tratar das questões, participar das reuniões, tem esse e-mail e o Dr. Maurício, que certamente vai acolher todas as entidades, pessoas que queiram participar das reuniões. Então fiquem bastante à vontade.



Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá: Acho que, dando segmento, eu gostaria de abrir a palavra às Senhoras e aos Senhores para que possam fazer as suas ponderações. Temos membros do Poder Legislativo de ambas as esferas, membros do Poder Executivo. Acho que isso traria muita referência. Representante do hospital, representante do COMAD, médicos das entidades de saúde suplementar, Dr. Alex, defensor público, fiquem à vontade, por gentileza.

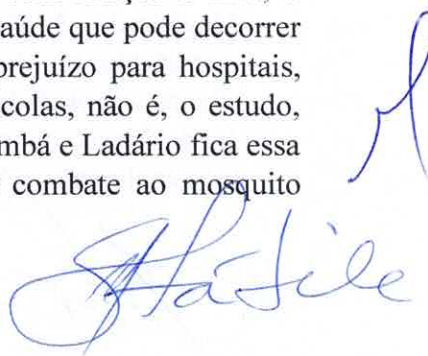
Desembargador Nélio Stábile: O nosso serviço de apoio vai passar com microfones pela plateia e aqueles que queiram se manifestar, e eu gostaria de pedir que se identificassem pelo nome e pela entidade que representam, porque a nossa ata é a gravação do áudio de toda, *ipsis litteris*, integral desta reunião, então, assim, para na hora de degravar sabermos quem está falando. Então, por gentileza, aqueles que quiserem se manifestar.

Dr. Kaoye Oshiro - Procurador do Estado: Boa tarde a todos. Meu nome é Kaoye. Sou Procurador de Estado, atuo na Secretaria de Saúde, represento hoje também aqui neste ato, o Secretário de Saúde, Flávio Brito que pediu para que eu comparecesse e trouxesse também a mensagem da Secretaria de Estado de Saúde, que é parceira na resolução de conflitos, tanto o secretário como Secretária adjunta e isso é uma política institucionalizada dentro da Secretaria. Antes era o Dr. Geraldo, agora é o Flávio, não importa qual seja o próximo Secretário de Saúde, a Secretaria de Estado sempre vai estar aberta ao Comitê. Eu participo da reunião do Comitê já há alguns anos e tem sido um fórum de extrema importância para nós operadores do Direito numa matéria tão complexa e que, no fundo, o que menos envolve é o Direito. As nossas demandas são extremamente complexas e as soluções não são simples, as soluções também são complexas e a nossa pretensão, enquanto operador jurídico, nós somos treinados para entrar com uma ação judicial, assim como eu fui treinado para defender o Estado de uma ação judicial, então não há nada mais fácil para a gente, como o juiz foi treinado para decidir. E a demanda de saúde, hoje, de tão padronizada que é, a Defensoria e o MP tem o seu modelo, nós temos o nosso modelo, o Judiciário tem o seu modelo e assim segue as demandas de saúde sem que ninguém pare e olhe para ver onde está o problema, como de fato a gente pode resolver isso, porque isso é complexo, porque isso demanda a gente sair da nossa cadeira, a entrar numa sala de reunião, a conversar com a equipe técnica, a entender essa demanda tão complexa que é a saúde, que é o que a gente tenta fazer neste fórum, em diversos outros fóruns e, a partir daí, buscar soluções que sejam efetivas, porque de ação civil pública buscando o cumprimento a gente tem algumas. Algumas há mais de 5 anos e algumas há décadas. Enquanto em conversas com o Ministério Público, em conversas com a Defensoria Pública, nós conseguimos em algumas vezes resolver problemas também que afligem uma situação há décadas, mas isso demanda esse diálogo e demanda de nós operadores principalmente ouvir e entender qual que é aquela necessidade e por que é tão complexo. E é complexo porque o SUS é complexo e não adianta a gente achar que é a demanda judicial que vai resolver o problema da saúde pública. Isso definitivamente não é e não é em lugar nenhum e isso não significa também que... nós já fomos, de acordo com estudo do CNJ, o Estado com maior judicialização per capita do Brasil, alguns anos atrás, de acordo com o último estudo. Agora será que nós temos a pior saúde pública do Brasil? Eu creio que não. São Paulo é o Estado que tem um dos IDH maiores, os maiores IDH do Brasil. É o que mais gasta com judicialização também.



Os problemas são muito mais complexos do que aparentemente eles nos parecem. No Maranhão, por exemplo, a gente tem uma demanda que é 50 vezes menor em termos de recursos financeiros do que o Estado de Mato Grosso do Sul. Com a saúde pública não discrepante da nossa. Então é tudo tão complexo entender as raízes dos problemas. Aqui em Corumbá nós temos alguns problemas com as raízes muito antigas, não é, Doutora? Que eu já vim em Corumbá, algumas vezes, para tentar resolver. E são problemas que vão se alongando e a cada vez que você tenta é mais complexo e de fato, assim, sem querer também me alongar, só falar, acho que é um foro importantíssimo para que nós, operadores do Direito, possamos ouvir as demandas e tentar resolvê-las. Aqui é um ambiente que eu entendo como de receber e entender quais são as demandas. Mas aqui a gente não vai resolver, mas as nossas resoluções, como a gente trata com o Dr. Felipe em reuniões à parte dentro da Comissão de Saúde Pública, em diversos outros setores que eles usam, motivam a adotar medidas internas dentro da Secretaria, como estamos adotando agora, para tentar resolver, por exemplo, a compra de medicamentos que estão em falta e a gente sabe que estão em falta e que isso todas as Secretarias Municipais de Saúde estão sofrendo com esse problema. Então, a gente tenta resolver junto com a União esse famigerado processo de compensação entre os entes federados, que ao longo dos anos de consta nas decisões judiciais, porque a União é um ente que ela não está aqui representada no seu executivo, mas ela é a maior arrecadadora e a maior financiadora do SUS. Sem o recurso da União, e me corrija aqui o Secretário de Saúde, a gente não faz nada, ninguém faz nada. A oncologia que é a causa de maior demanda em expressão financeira, normativamente, ela é financiada com recurso federal pela PAC oncologia. E cadê a União para discutir? Então, é tão complexo que a gente, que foge do Comitê, mas o Comitê é uma peça importantíssima dentro desse processo que é a saúde pública. Então, Desembargador Nélio, muito obrigado pelo pelo convite e pelas conduções do trabalho que tem sido feito e eu tenho certeza que o Dr. Maurício vai conduzir da mesma forma e que os problemas são tão complexos quanto aqueles que nós enfrentamos em todos os outros Estados e a Secretaria de Saúde está sempre aberta à participação e à colaboração com todo mundo. Muito obrigado.

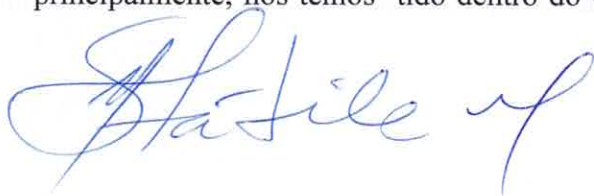
Desembargador Nélio Stábile: Eu vou passar a palavra do Dr. Felipe Potrich, antes eu gostaria apenas de anotar. A gente conversa, nós conversamos sempre que as questões de saúde não é só a doença em si, não é só aquele paciente em si. Na última quarta-feira, eu participei, porque o Comitê de Saúde do Judiciário é integrante também do Comitê de Saúde do Estado com relação a patologias de uma forma geral, e foi lançada a campanha na quarta-feira, relançada a campanha de 2022 de combate às arboviroses, especialmente a zika chikungunya e dengue. Então, lá foi mostrado, por exemplo, um gráfico em que há alguns Municípios que têm uma forte incidência de dengue, outros que não têm quase incidência de dengue e tem outros intermediários, como é o caso de Corumbá e Ladário, que tem uma infecção, um alastramento preocupante com relação à dengue. Já com relação à zika, o Bolsão sul-mato-grossense é mais afetado. Então, vejam questão de saúde que pode decorrer disso, quanto mais contaminado estivermos com dengue é maior prejuízo para hospitais, clínicas, médicos, medicamentos, serviço público ou particular, escolas, não é, o estudo, tudo fica prejudicado. Então nos interessa também. E aqui para Corumbá e Ladário fica essa observação, os órgãos estaduais vão cuidar disso, certamente, do combate ao mosquito



Aedes Aegypti, inclusive Mato Grosso do Sul tem uma, foi o segundo Estado adotar, depois do Rio de Janeiro, que é onde produz, é produzido o mosquito com a bactéria wolbachia. É o wolbitto que eles chamam, que, carregando essa bactéria, ele torna estéreis os demais mosquitos. Então, numa evolução, temos milhares de mosquitos, muitos deles não proliferarão e diminuirão. Então, Corumbá, atenção a esse problema, porque é muito sério. O Comitê vai estar inserido nesse âmbito para cuidar também dessa questão. Dr. Felipe?

Dr. Felipe Potrich – Vice-Coordenador do Comitê Estadual de Mato Grosso do Sul:

Olá, boa tarde a todos! Felipe Potrich, eu sou juiz federal aqui em Corumbá e vice-coordenador do Comitê de Saúde Estadual do Mato Grosso do Sul, coordenado aqui pelo Dr. Nélio. Eu gostaria só de, primeiro, dar as boas-vindas ao Dr. Nélio, à esposa, a todos os servidores do TJ que o acompanharam, a Mari que sempre nos atende muito bem no Comitê, a todos os servidores aqui do Fórum da comarca de Corumbá, aos colegas Magistrados, a todas autoridades presentes, prefeitos, secretários da área de gestão e demais operadores do direito. Quero dizer, Desembargador, assim, brevemente que, reforçar de certa forma as palavras que já foram ditas tão bem, que o nosso Comitê tem uma característica muito peculiar da pluralidade de membros, não é? Nós somos conhecidos no Brasil pela quantidade de instituições que integram o Comitê e que acabam oxigenando de toda forma discussões que nós temos ali. Mas eu queria trazer, principalmente, uma mensagem de alento, não só para nós aqui, autoridades que estamos aqui, mas para a população de Corumbá. O que nós percebemos dentro do Comitê, que é um fórum mais do que um fórum de discussão, é um fórum de diálogo e de construção de soluções, o que nós temos percebido é que o Comitê tem ganhado muita força, não é? Dr. Kaoye aqui comentava que nós temos demandas, casos de demandas judiciais já propostas, já com liminares, e que nós temos, às vezes, vamos dizer assim, a satisfação de receber o pedido de um colega Promotor um colega Procurador, de um Juiz ou de um Defensor para que nós componhamos um fórum, às vezes um fórum mais restrito, e passemos a dialogar, às vezes até em cima do objeto dessas ações. Então, isso é um sinal de reconhecimento que vale a pena ter esse canal de diálogo, ter esse âmbito de diálogo. E nós temos conseguido conduzir de forma muito eficiente, muito efetiva e abreviada algumas questões muito complexas, não é? Nós tivemos a oportunidade no ano passado, também numa subcomissão, de encaminhar uma questão, assim, relevantíssima que o Brasil não conseguiu encaminhar, não é? Nós encaminhamos uma proposta de ressarcimento da União para uma proposta de que a União possa ressarcir o Estado sobre algumas condições e isso foi encaminhado no Ministério da Saúde, quiza nós tenhamos a satisfação de ver isso aprovado e funcionando de novo, porque a União é um ente muito importante no financiamento da saúde e que, por uma questão burocrática, está ausente há alguns anos. Nós tivemos essa semana também uma discussão de dois casos também supercomplexos, com ações civis públicas já ajuizadas, com liminares já deferidas e que simplesmente não se consegue resolver tão facilmente numa canetada do Magistrado. A gente sabe muito bem disso, não é? Então, tem sido um fórum muito importante, nós temos caminhado muito bem com essas questões, então eu queria dizer apenas a sociedade sul-mato-grossense, corumbaense, que nós temos trabalhado muito em cima dessas questões, nós temos obtido muitas soluções para questões complexas e, principalmente, nós temos tido dentro do Comitê uma abertura e uma colaboração muito



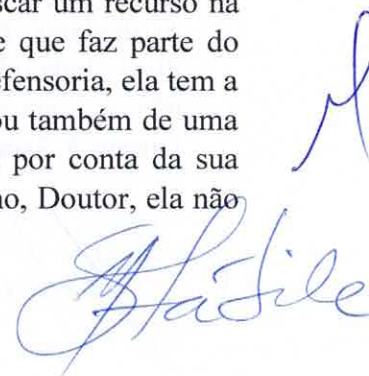
grande de todos os entes federativos, União, Dr. Kaoye está aqui representando o Estado, o Estado muito solícito sempre para a solução das questões e dos Municípios também. Então, quero que a população fique tranquila com relação a isso. Tem funcionado, é um ambiente em que as questões podem ser trazidas, nós vamos abraçar e vamos acolher e vamos conduzir. E, para finalizar, já aqui eu quero parabenizar ao nosso Comitê, Dr. Nélio, e o Comitê de Corumbá recém- instalado, parabenizar a comarca de Corumbá por receber esse importante órgão do Poder Judiciário aqui e tenho certeza, desejo muito sucesso aos trabalhos que vão ser feitos Tenho certeza que vão trilhar caminhos de muita efetividade também. Obrigado.

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá : Senhor Deputado Evander Vendramini.

Deputado Estadual Evando Vendramini: Se fosse por idade seria meu amigo Manoel. Boa tarde, quero já cumprimentar o Desembargador Nélio Stábile. Desembargador, é uma honra muito grande tê-lo aqui na nossa cidade. Dr. Maurício, em nome de Vossa Excelência cumprimentar toda a mesa e todas as pessoas que estão aqui presentes. Dizer, Dr. Nélio, o Senhor falou aí sobre a questão da ata., de ser um marco, realmente é um marco poder discutir a saúde como um todo e com diversas entidades e pessoas de diversos segmentos é o que nós precisamos, não é? Tem uns casos, por exemplo, como disse o Dr. Maurício, às vezes, duas decisões judiciais que chegam num hospital ou chegam num órgão público onde tem que escolher alguém, onde uma das decisões judiciais deixa de ser cumprida, vamos dizer assim, porque não tem como atender. A questão, por exemplo, da saúde também envolve nosso INSS. Eu tenho cansado de ver pessoas, portadora de uma doença crônica, como câncer, e não consegue o benefício, a pessoa está no Estado terminal e a dificuldade muito grande de conseguir, às vezes, essa pessoa que está doente é o mantenedor da família. Então, assim, eu acho que é de grande valia. Parabéns ao Tribunal de Justiça. Eu acho que é a instituição competente para realmente encabeçar e envolver a toda a sociedade, as entidades, para que a gente possa é realmente discutir essa questão e buscar a solução. Não tenho dúvida nenhuma que vai estar auxiliando para as soluções desses conflitos da solução da saúde. Então, parabéns, estou à disposição, Deputado Estadual Evander Vendramini, da Assembleia Legislativa. Obrigado.

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá : Vereador do Município de Corumbá, Manoel Rodrigues.

Vereador Manoel Rodrigues: Agradecer a vinda do Desembargador, muito relevante para a nossa Corumbá. Dr. Maurício, quero parabenizar por coordenar esse trabalho do Comitê e eu quero dar uma sugestão para o Comitê juntamente com o trabalho que a prefeitura faz com os CRAS, nós temos aqui a nossa representante, Doutora, advogada do CRAS. Eu recebo muita demanda da família que frequenta o CRAS quando vai buscar um recurso na Defensoria referente às suas necessidades. Então, se eu tenho uma mãe que faz parte do Bolsa Família, ela não tem condições nem de descer da parte alta até a Defensoria, ela tem a necessidade ou de um medicamento ou de uma fralda ou de um exame ou também de uma situação ortopédica, mas ela tem a dificuldade de buscar o seu direito por conta da sua sobrevivência e quando busca a Defensoria, que faz um excelente trabalho, Doutor, ela não



consegue dar um andamento, acompanhamento disso. Então, a minha sugestão que os CRAS quando recebem essas demandas dessa mãe que todo mês faz seu cadastro ali, o seu Cadastro Único, que faz toda a sua pesquisa, não só também do INSS também que é uma coisa relevante, mas que ela possa ter já essa ferramenta ligada ao Comitê, que ele não precisa judicializar nada. O Comitê consegue fazer o os requisitos para que ela possa ter o seu atendimento com mais agilidade. Eu falo isso uma Senhora que mora na parte alta que ganha o Bolsa Família, 300 reais, tem 4 filhos para sustentar e um filho tem problemas de saúde e ela não tem condições de nem pagar uma passagem. A gente que é vereador aqui, eu e o meu presidente Façanha, a gente tem essa demanda diariamente no nosso gabinete. “Olha, eu fui na Defensoria, eu não consigo ...”, nem a parte digital eles não conseguem desenvolver, mandar um e-mail ou ligar, é uma dificuldade. Então eu vou deixar a sugestão para os CRAS, que quando recebe essas demandas não consegue absorver totalmente, tem aí agora, com a iniciativa do Comitê para estar atendendo principalmente essa população que mais precisa da saúde pública, que não tem condições de pagar. Enfim, tem essa dificuldade de ter até informação. Era só isso, Doutor.

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá : Prefeito, obrigado, Vereador Manoel. Dra. Maria Carolina, presidente da OAB local.

Dra. Maria Carolina – Presidente da Subseccional da OAB de Corumbá: Boa tarde a todos. Boa tarde, Dr. Nélio Stábile. Dr. Maurício, parabenizar pela coordenação do Comitê Regional. Dois pontos assim que vejo de fundamental importância. Primeiro, fazendo uso das palavras ditas pelo Doutor Kaoye, da importância da conversa quando se trata de assuntos de tamanha complexidade. Então, sem a menor dúvida, esse Comitê Regional trazendo, então a observação dos aspectos da nossa região, que tem as suas peculiaridades no que diz respeito à utilização da saúde em Corumbá e, como eu disse ontem, um ponto que é crucial, sem a menor dúvida, na nossa região é a utilização do nosso sistema de saúde pelos nossos irmãos bolivianos e não só pelos bolivianos mas também por toda a população de imigrantes que chega a nossa cidade. Então, essa conversa, sem a menor dúvida, vai trazer meios de se resolver ou procurar meios de encontrar soluções. Não sei se posso deixar aqui uma sugestão, mas já pensando na leitura da cartilha que nos foi deixada aqui, uma das iniciativas do Comitê um curso, um curso de Direito à Saúde. E, ontem, na palestra, o Dr. Nélio falou sobre a inserção da disciplina de Direito à Saúde nos cursos de graduação de Direito e nos cursos de graduação ligados à questão da saúde, Medicina, Enfermagem, Farmácia. Penso que talvez, e aí, ontem, o Dr. Nélio disse que foram feitos os convites, contatos com coordenadores de cursos em Campo Grande, não obteve algumas respostas, outras respostas não foram ainda trazidas. Talvez a inserção, a colocação de um representante do ensino superior no Comitê pode auxiliar, porque, seja um representante do ensino superior a nível estadual, um a nível regional, e aí nós temos aqui faculdades particulares, faculdades públicas e talvez um representante seja importante, porque, como disse ainda o Dr. Kaoye, a questão da judicialização é algo que nós aprendemos realmente, não é? Vamos resolver de que forma? Judicializando. Mas talvez, tratar da disciplina de Direito à Saúde nos bancos da faculdade pode fazer com que se perceba possibilidade de



soluções consensuais que não sejam de sempre necessárias que sejam judicializadas. Fica uma sugestão, se é que é possível. Obrigada.

Dr. Maurício Cleber Miglioanзи Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá Dra. Maria Carolina, o objetivo do Comitê é justamente esse, fica registrada a sugestão de Vossa Excelência.

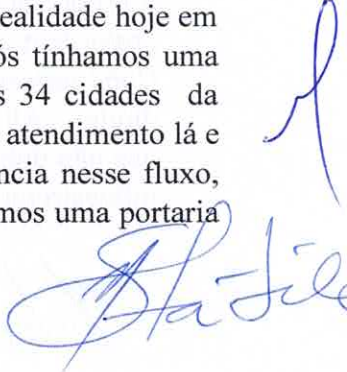
Professor Héber – UNICESUMAR: Uma boa tarde a todos, eu sou o professor Héber, da UNICESUMAR. Nós estamos na cidade há pouco mais de 3 anos, não é? Iniciamos o trabalho aqui é em 2018 com o processo de credenciamento da escola e, em 2020, abrimos a nossa primeira turma do curso de Medicina. E como participantes desse processo e temos uma responsabilidade também com a formação de profissionais humanizados que pensem saúde para além do aspecto técnico, que é, obviamente, muito importante, nos colocamos à disposição do Comitê e oferecemos também os recursos de que dispusermos para contribuir com esse processo. E, nesse sentido, gostaria de parabenizar tanto o Dr. Nélio, que coordena o Comitê Estadual, quanto o Doutor Maurício e todos que estão envolvidos nesse trabalho de extrema importância. Eu acho que é disso que nós estamos precisando na nossa sociedade, não é, que as pessoas pensem a causa é do problema e ataquem essa causa, do contrário nós vamos ter o que o Doutor Kaoye comentou, cada um vai estar com a sua, o seu modelo pré-estabelecido e segue o fluxo, não é? Eu acho que nós precisamos melhorar essa realidade. Então, contem conosco no que nós pudermos contribuir estamos à disposição. Muito obrigado.

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá: Obrigado, Dr. Héber, importantíssima a parceria com a Universidade Unicesumar.

Dr. Rogério dos Santos Leite, Secretário Municipal de Saúde de Corumbá: Dr. Maurício, permita-me?

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá : Tem a palavra, Doutor.

Dr. Rogério dos Santos Leite, Secretário Municipal de Saúde de Corumbá: É aqui também uma sugestão relacionada à hoje, um grande problema que nós temos nos Municípios e no Estado é o subfinanciamento relacionado à saúde pública. Nós temos um compromisso municipal de 15%, e hoje nós temos Municípios gastando 32%, da sua receita em saúde pública. Cada vez mais um subfinanciamento federal e todas as obrigações, o Município ele é alcançado, ele é muito mais fácil alcançado. Foi se falado aqui da oncologia, nós temos uma portaria antiga que foi revista, revisada e publicada. Naquele momento a portaria atingia a cidade de 500.000 habitantes para você ter um serviço de oncologia e hoje a descentralização e a regionalização de saúde, ela é uma realidade hoje em todos os cantos do Brasil, principalmente no nosso Estado. Em 2017, nós tínhamos uma situação de oncologia que só tínhamos Campo Grande. E a situação das 34 cidades da região de Dourados iriam tratar na região do Paraná porque não tínhamos o atendimento lá e em Corumbá tínhamos o atendimento, mas não conseguíamos dar sequência nesse fluxo, principalmente, como o Doutor Kaoye falou do sub financiamento. Nós temos uma portaria



que repassa pelo NACOM R\$ 225.000,00 por mês para você tratar os doentes oncológicos em Corumbá, com o fluxo de paciente hoje que nós estamos tratando 150 pacientes, e é um custo de cada medicamento que a ampola que a gente paga, que a gente tinha, tratava isso a nível de de ata, R\$ 0,12 (doze centavos), passando a custar R\$ 0,72 (setenta e dois centavos), R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos), uma ampola de uma dipirona. Então isso fica cada vez mais difícil a gente conseguir fazer a ação daquela portaria de atender a população com recursos que o Município recebe. E isso fica claro a nível hospitalar, a nível das Santas Casas e a nível, realmente, do nível terciário. Nós não conseguimos fazer a sequência tanto da atenção primária que é tão necessária e que o SUS ele consegue de uma forma dinâmica a nível mundial ele sobressai porque a gente tem uma condição realmente de estar na casa do paciente dando esse atendimento, mas a gente, ao fazer o diagnóstico, nós não conseguimos fazer esse fluxo de rede para que esse paciente ele tenha uma resolutividade na sua saúde e restabeleça o seu bem-estar e saúde. É uma dificuldade, então, a sugestão é que todo o trabalho e tudo que for levantado dentro do NATJUS, que a gente possa remeter isso ao Conselho de Secretarias Municipais de Mato Grosso do Sul, à Secretaria Estadual de Saúde, para que possa, na sua representação nacional, CONAS e CONASEMS, estar subsidiando, não é, uma discussão a nível de CIT, do qual nós somos representantes para poder fazer realmente essa construção de novas portarias que possibilitem, realmente, na sua integralidade, assistência à população em todo Estado.

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá : Obrigado, Dr. Rogério. O Senhor vem há muito tempo também trilhando este caminho. Então, colaboração de mais, e de maior valia que o Senhor nos traz hoje.

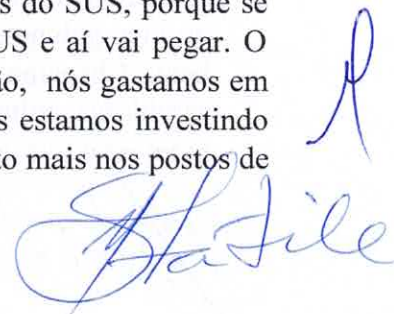
Dr. Damião Nicolau Galdino – Secretário de Governo: Boa tarde a todos. Quero parabenizar o Doutor por mais essa empreitada aí nesse grande desafio, porque nunca se precisou tanto da saúde como se tem precisado nos últimos dias, direito esse que é um direito do cidadão, dever do Estado, mas acredito também que é um grande desafio do chefe do Executivo em fazer valer esse direito, como o Procurador aqui do Estado falou, é algo muito complexo e eu estava analisando a questão da complexidade do atendimento à saúde, ao direito, isso abre um leque, não é? Abre um leque para que aquele que é gestor, não apenas da pasta da saúde mas também do Poder Executivo, em atender todas as áreas, como por exemplo, vou dar um exemplo, a questão da infraestrutura. Eu recebo muito lá, eu sou secretário de governo, eu recebo muito lá algumas demandas de alguns questionamentos, algumas necessidades de município com relação ao asfaltamento. Uma certa pessoa me ligou e falou assim, “Olha minha mãe, ela tem 80 e poucos anos, está com problema respiratório e aqui na rua de casa não é asfaltado, ônibus passa com uma velocidade enorme, levanta poeira. Minha avó tem que ir por posto médico, fazer inalação.” Então resolve o problema respiratório, ela fica bem, no outro dia, volta o mesmo problema. É problema de saúde e problemas de infraestrutura. Quando o chefe do Executivo, quando o gestor tem uma visão ampla que tenta melhorar essa questão, a saúde já não vai ser afetada. Com certeza esse Comitê vai trabalhar menos fazendo com que venha ser garantido esse direito. Ali em Ladário, tem um bairro que ele era um bairro tradicional e muito antigo, que não tinha asfaltamento e eu morei nesse bairro, é esgoto a céu aberto, sem asfaltamento, infraestrutura péssima, muito precário mesmo. As pessoas, dia de chuva, dia de sol a poeira



enorme, algo terrível. Então, o gestor que entra com a visão ampla, graças a Deus, estamos conseguindo agora todo o asfaltamento daquele bairro todo vai diminuir o problema de pessoas, ali contrair alguma doença, tem a Secretária de Saúde aqui que não me deixa mentir com relação a essa necessidade do munícipe que é muito grande nessa questão. Outro ponto para encerrar, a questão também da cultura, não é, investir na cultura. Eu tive uma palestra uma vez, eu acho que foi o Senhor que deu essa palestra na Casa do Marinheiro para uns jovens lutadores de karatê, o meu filho estava nessa palestra ali e meu filho se espelhou muito no Senhor. Hoje é oficial da marinha, porque ele estava falando, sentado ali, não é, aí eu cheguei naquela palestra, todo mundo sentado ali, aí o Senhor estava no meio daquela ali, aí meu filho falou, “aquele ali é o juiz,” falei “qual?” “aquele ali que está sentado ali, ele é juiz”, meu filho, era professor de karatê, “ali ele está falando sobre drogas”, os jovens se afastar das drogas”, que é um problema de saúde pública também. E ali eles estavam ali, muitos jovens se espelharam ali, não é? Tem 2 filhos, um oficial da marinha, o outro está seguindo a carreira militar, evitou do meu filho ter problemas também de saúde e todos os outros ali. Então a cultura também fomenta isso. Que esse fórum, que esse Comitê tenha muito sucesso, que Deus abençoe o Senhor, lhe dê muita visão, muita sabedoria e abra um leque em todos os aspectos da saúde. Apesar de ser muito complexo, mas com visão, com boa vontade, se esmerilhando, com certeza o Senhor terá muito sucesso. Deus abençoe o Senhor

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá: Obrigado, seu Damião, pelas palavras e certamente estamos irmanados nesse mesmo objetivo. Muito obrigado. Nosso prefeito do Município de Corumbá, Marcelo Yunes, tem a palavra doutor.

Dr. Marcelo Yunes – Prefeito de Corumbá: Boa tarde a todas. Boa tarde a todos. Parabenizar o Dr. Maurício e toda a sua equipe que foi empossada hoje, sucesso. Agradecer aqui o Dr. Nélio por essa iniciativa da instalação aqui do Comitê Regional de Corumbá. Mas eu acho que o problema mesmo está com o governo federal, que eu acho que tem que olhar com mais carinho para as Secretarias Municipais, não é, os Municípios, porque está muito defasado o SUS, os Doutores que trabalham aqui fazer uma cirurgia por R\$200, R\$300 reais, enquanto hoje o material sai mais caro do que pagar um médico pelo SUS. E o Município hoje de Corumbá, graças a Deus, nós estamos investindo bastante na infraestrutura da cidade, com isso, com certeza vai diminuir mesmo os casos de problemas na saúde, os postos de saúde mesmo, né, Dr. Rogério, diminuiu bastante, asfaltamos quase 300 quadras já em Corumbá e vou dar ordem para mais quase 100 agora, este ano ainda, se Deus quiser. Quanto mais você investir no Município, na infraestrutura, você tem, não é, não vai ter mais lama, não vai ter mais poeira, problema respiratório. Mas eu acho que a solução é a União, é o governo federal, poder investir mais no Município. Acho que vem muitos recursos para a saúde, para o Estado, para o Município, mas ainda falta muito, principalmente eu acho que tem ter um reajuste urgente dos honorários do SUS, porque se não daqui a pouco os médicos não vão mais querer trabalhar pelo SUS e aí vai pegar. O Município de Corumbá, hoje, nós temos a contabilização da intervenção, nós gastamos em torno de R\$ 685.000,00 da contabilização, que é obrigação nossa, nós estamos investindo mais uns 500, 600.000 por mês a mais onde podia estar investindo muito mais nos postos de



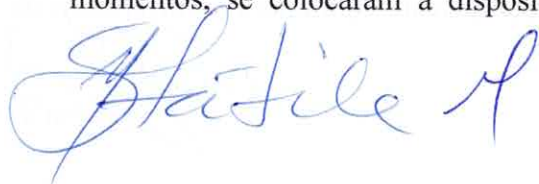
saúde, na saúde, nos prontos-socorros, UPA, SAMU, que é obrigação do Município, mas também se gente não conseguir, não passa esses recursos para hospital, as portas do hospital estavam fechadas também. Então, contando sempre também de vez em quando com, graças a Deus, nós temos um elemento com vários deputados federais, senadores que mandam emenda para o Município, ele consegue fazer aditivo, mandar para o hospital, mas se não tiver valores, aumentar os valores do SUS eu acho que, infelizmente, a saúde pública vai ficar muito mais prejudicada e o nosso maior receio, o maior medo é que daqui a pouco os médicos não queriam mais trabalhar por esse, por esse valor, né? Aí eu não sei o que pode acontecer, mas vamos torcer e que tudo dê certo aí com o Comitê agora vai poder nos ajudar bastante e tenho certeza, Dr. Nélio, que a cidade de Corumbá, a saúde de Corumbá agradece Vossa Excelência por ter instalado esse Comitê em Corumbá.

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá: Obrigado, Prefeito Marcelo Yunes.

Dr. Rodney - Conselho Municipal de Saúde: Meu nome é Rodney, eu quero parabenizar, sou do Conselho Municipal de Saúde, e eu quero parabenizar a iniciativa do Judiciário pela instalação desse Comitê, que é bem-vindo. Outro dia, nós tivemos a 5ª Macrorregional, Conferência de Saúde Mental como Direito, e todas as falas que foram positivas são proativas e têm um fundamento. No entanto, apesar de nós termos convidado vários órgãos, vários setores do Direito, não tivemos nenhuma participação de relevância naquela data nos eventos. Sentimos falta da participação do pessoal da área do Direito na conferência. E eu quero agradecer como pantaneiro corumbaense, como conselheiro de saúde, dar as boas-vindas, porque é necessário, não é, para que haja um fluxo de atendimento, tanto em questão de subsídio capital como um tratamento mais justo e humanizado, porque o local onde está a mão do direito judiciário, tem que haver justiça, assim como o nosso vereador Manoel cobrou da Senhora que mora lá no morro, não tem condições devido à sua sobrevivência precária, mas tem que ser um atendimento eu acho que uniforme e humanizado, principalmente para as pessoas em vulnerabilidade social. Eu quero agradecer, meus parabéns ao Desembargador, Senhor juiz, Doutores, secretários de saúde e prefeitos, autoridades aqui presentes e sejam muito bem-vindos. Estamos juntos para somar. Obrigado.

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá: Obrigado ao Senhor. Temos mais alguma colaboração? Acho que o pessoal tá começando a ficar com fome, Desembargador Nélio.

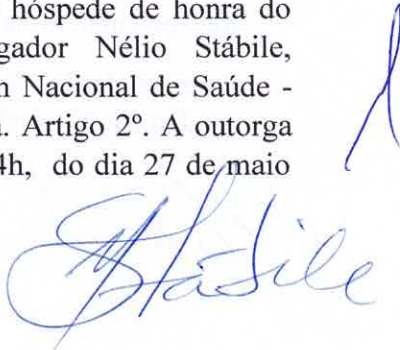
Desembargador Nélio Stábile: Vou tomar a palavra um minutinho. Vou ser breve. Realmente estamos ao final dos nossos trabalhos, foi muito profícuo. Agradeço imensamente a presença de todos. Eu gostaria de anotar que os Magistrados de Corumbá, Dr. Felipe, Dr. André, Dr. Idail, Dr. Jessé, Dr. Marcelo, sempre recepcionam, nos recepcionam muitíssimo bem. Chegamos aqui em Corumbá ontem, a equipe do Tribunal e do meu gabinete também veio, chegamos ontem e fomos assim recebidos magnificamente bem. Chegamos ao Fórum, graças à atuação de todos os Magistrados, de todos os servidores, policiais militares, todos, sempre fomos muitíssimo bem recebidos em todos os momentos, se colocaram à disposição, foram muito solícitos. Então a nós cabe, numa



singela homenagem, prestar essa homenagem aos servidores da comarca de Corumbá, na pessoa da Noemi. Gostaria, por gentileza, que viesse até aqui à frente e a assessora Mari entregaria uma lembrança, uma mera lembrança em agradecimento a esses serviços, essa disposição do trabalho. Como eu disse, nós fomos muitíssimo bem recebidos, muito melhor do que seria de se esperar, do que seria imaginado, não é? Então gostaríamos, Dr. Maurício Miglioranzi, de prestar-lhe uma homenagem também na entrega de uma lembrança modesta, mas é para expressar o nosso contentamento de estar aqui. Minha esposa, Fátima, vai fazer-lhe a entrega dessa lembrança. Eu havia dito no Comitê que nós tínhamos a preocupação de ter uma identidade visual exatamente para que nós saibamos onde estamos trabalhando, onde estamos atuando, então como participação disso também a presente reunião e posse dos integrantes do Comitê Regional, nós todos fomos fotografados durante os trabalhos e nós vamos ter a notícia estampada no site do Tribunal e pelo Departamento de Comunicação do Tribunal de Justiça, também divulgada em outras mídias daqui de Corumbá e de Mato Grosso do Sul, como forma de marcar essa ocorrência essa solenidade e vamos nos lembrar no futuro de que aqui foi um início de uma coisa muito boa, muito proveitosa para a nossa população. Então, por isso a razão das fotos para que nós possamos marcar e registrar toda essa ocorrência e perpetuá-la para o futuro. Eu devolvo a palavra para o coordenador e que tem a coordenação também dos trabalhos da mesa. Muito obrigado a todos.

Dr. Maurício Cleber Miglioranzi Santos – Coordenador do Comitê Regional de Corumbá: Como eu dizia inicialmente, todos nós temos sobrelevada demanda nas nossas esferas de atuação, não é? Mas eu não posso deixar de participar as Senhoras e os Senhores que uma das últimas demandas que foram tratadas a nível do Comitê Estadual foi justamente a preocupação à vida com relação à internação, a disponibilidade de unidades de UTI neonatal. Então, sobre a gestão do Desembargador Nélio e do Dr. Felipe, não é, doutor? Na comissão respectiva, houve uma interlocução e a contratualização de mais vagas de UTIs neonatal nas unidades particulares que certamente representarão a vida de muitos corumbaenses, ladarenses que também hoje fizeram a necessidade de serviço, de modo que efetivamente, eu tenho convicção, Desembargador, que essa tarde de construção vale muito mais do que qualquer despacho ou sentença que a gente consiga proferir em gabinete. Para antes de finalizarmos, essa solenidade eu gostaria de passar a palavra ao cerimonial, que tem duas singelas lembranças a serem transmitidas ao Desembargador Nélio e à sua esposa, Fátima.

Cerimonial: Com a devida licença, um corumbaense não recebe uma homenagem sem homenagear de volta. Então, eu gostaria de fazer a leitura: “Estado de Mato Grosso do Sul, Câmara Municipal de Corumbá, Gabinete da Presidência, Decreto Legislativo n. 937/2022, concede título de hóspede de honra do Município de Corumbá à ilustre personalidade. O Presidente da Câmara Municipal de Corumbá Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Lei Orgânica de Corumbá, resolve: Art.1º. Confere o título de hóspede de honra do Município de Corumbá ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Nélio Stábile, Coordenador do Comitê Estadual de Mato Grosso do Sul, no Fórum Nacional de Saúde - CNJ - pelos relevantes serviços prestados ao Município de Corumbá. Artigo 2º. A outorga da referida honraria terá lugar no Fórum Estadual de Corumbá, às 14h, do dia 27 de maio



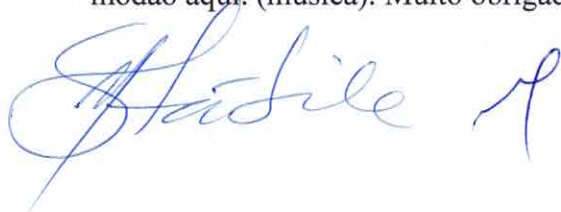
2022. Art.3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala de Sessões, 23/05/2022. Roberto Gomes Façanha, o qual convidamos para a entrega. Em tempo, juntamente com o Vereador Roberto Gomes Façanha, o Vereador Manoel Rodrigues.

Cerimonial: Dando continuidade, teremos ainda a entrega de uma outra honraria. Estado de Mato Grosso do Sul, Prefeitura Municipal de Corumbá, Gabinete do Prefeito, Decreto n.22.799, de 27/05/2022, declara o Excelentíssimo Senhor Nélio Stábile, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, hóspede de honra do Município de Corumbá. O prefeito de Corumbá, do Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, na forma autorizada pelo Decreto n.82, artigo 2º, ambos da Lei Orgânica do Município e considerando a parceria profícua entre o Tribunal de Justiça e o Estado de Mato Grosso do Sul e a Prefeitura de Corumbá, considerando ainda as boas relações institucionais existentes entre o foro da comarca de Corumbá, a prefeitura de Corumbá, no desenvolvimento das ações que beneficiam toda a população corumbaense e considerando a importância para o Município de Corumbá da instalação do Comitê Regional de Corumbá do Fórum Nacional de Saúde, CNJ, decreta: Fica declarado hóspede de honra do Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Nélio Stábile, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, este decreto entra em vigor na data da sua assinatura. Marcelo Aguilar Yunes, prefeito de Corumbá, o qual chamamos para a entrega. Como disse o Senhor Damião, sendo a cultura também uma parte da saúde, teremos agora uma apresentação cultural. Ela começou a tocar a viola caipira aos 10 anos de idade. Perdão, a viola caipira de 10 cordas aos 7 anos de idade, aos 11 anos, começou a cantar e tocar. Hoje, aos 17 anos, é um dos grandes nomes da música regional da atualidade sul-mato-grossense, tendo tocado ao lado de nomes consagrados no Brasil, como a dupla Munhoz e Mariano e Michel Teló, dona de uma voz potente, uma grande habilidade para tocar e também para compor com vocês, Ivi Rondon Clavijo.

Convidada Ivi Rondon Clavijo: Boa noite a todos. Boa, opa, desculpa, boa tarde a todos. Bom, é um prazer estar aqui. Fico feliz pelo convite de estar aqui, juntamente com excelentíssimas autoridades e os convidados nessa casa de justiça e vim trazer um pouco da minha música para que alegre o ambiente, para que toque o coração de vocês, porque o meu objetivo sempre é levar emoção através das músicas, então espero que gostem. Primeiramente eu vou tocar a minha música, autoral, que eu ganhei Fesmorena de 2020, SOS Pantanal, que eu a fiz na época das Queimadas. (música)

Convidada Ivi Rondon Clavijo: Muito obrigado. Agora eu vou tocar outra música minha autoral, que é foi o vista e ouvida de forma inédita na abertura do Festival América do Sul, no dia de ontem. Toquei junto com a Orquestra Sinfônica de Câmara do Pantanal. Ela se chama Luz do Pantanal, fala um pouco sobre a vivência de nós, pantaneiros, aqui na cidade de Corumbá, no nosso Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. (música)

Convidada Ivi Rondon Clavijo: Muito obrigada. E agora, para encerrar, vou puxar um modão aqui. (música). Muito obrigada, viu, um beijo no coração de cada um de vocês

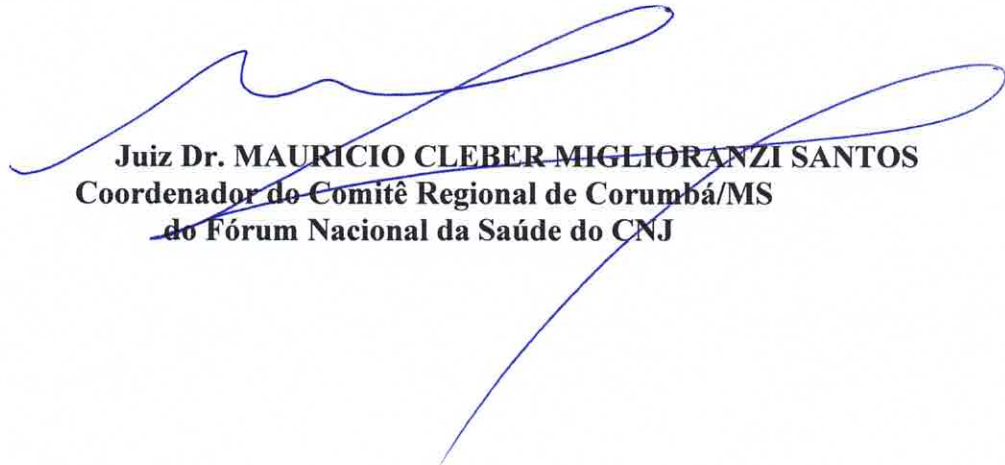


Cerimonial: É muito gratificante ver uma jovem que desde sua infância é voltada para a arte, então é com bastante satisfação que agradecemos a presença da Ivy e de sua mãe Dariná. E essas homenagens foram para nosso coordenador do Comitê, Dr. Nélio. Seja muito bem-vindo mais uma vez à cidade. As casas estão de portas abertas para Vossa Excelência. Essa homenagem pequena da região pantaneira de verdade. Passaremos agora ao nosso coffe break. Muito obrigado a todos. Estão todos convidados.

Corumbá, 27 de maio de 2022.



Desembargador NÉLIO STÁBILE
Coordenador do Comitê Estadual de Mato Grosso do Sul
do Fórum Nacional da Saúde do CNJ
Coordenador do Núcleo de Apoio Técnico -NAT Jus



Juiz Dr. MAURICIO CLEBER MIGLIORANZI SANTOS
Coordenador do Comitê Regional de Corumbá/MS
do Fórum Nacional da Saúde do CNJ

